ADRIANA HAHN PEREZ

NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS

Convenções Processuais e Calendário no CPC/2015

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Dr. Carlos Alberto de Salles

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2017

ADRIANA HAHN PEREZ

NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS

Convenções Processuais e Calendário no CPC/2015

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Professor Associado Dr. Carlos Alberto de Salles.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2017

PEREZ, Adriana Hahn. **Negócios jurídicos processuais**: convenções processuais e calendário no CPC/2015. Orientador Prof. Associado Dr. Carlos Alberto de Salles. 200 p. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito Processual) Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

Nome: PEREZ, Adriana Hahn

Título: Negócios Jurídicos Processuais: Convenções Processuais e Calendário no CPC/2015

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A meus pais, meus maiores incentivadores,
a quem nunca poderei agradecer o suficiente.

AGRADECIMENTOS

Passados mais três anos de intenso convívio na velha e sempre nova Academia, como não poderia deixar de ser, novamente deixo (com a esperança de retornar) suas Arcadas uma pessoa diferente da que anos atrás retomou os intensos debates acadêmicos que se desenrolam em suas salas de nomes e retratos ilustres.

E por isso, tenho de agradecer ao meu orientador, Prof. Carlos Alberto de Salles, cujo auxílio e orientação vêm me acompanhando desde que escolhi o Departamento de Direito Processual, ainda na graduação, para desenvolver o meu primeiro trabalho acadêmico. Foi nessa época, ainda no NEMESC (Núcleo de Estudos de Meios de Solução de Conflitos), que as discussões me despertaram para as potencialidades do direito processual para além da mera técnica. E eu não poderia ter feito melhor escolha.

Ao Professor, tenho de agradecer ainda por ter me permitido acompanhar suas aulas na graduação, que, com certeza, serão de valiosa contribuição para que eu possa, no futuro, me espelhar em uma metodologia de ensino de construção do conhecimento junto ao aluno. Foi essa metodologia que marcou também as ricas discussões promovidas nas aulas de Pós-graduação nas matérias de Litigiosidade Repetitiva e Pesquisa Empírica, motivo pelo qual agradeço, além do Professor Carlos Alberto de Salles, também aos professores Daniela Monteiro Gabbay, Maria Tereza Sadek, Paulo Eduardo Alves da Silva e Susana Henriques da Costa.

Agradeço, ainda, pelas contribuições feitas por ocasião de minha banca de qualificação, aos Professores Flávio Luiz Yarshell e Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França, cujas observações me permitiram lançar uma nova perspectiva sobre o tema.

Ainda, como não poderia deixar de ser, aos meus pais, meus maiores incentivadores e os principais responsáveis por tudo que eu puder conquistar ao longo desta vida. Também à minha irmã que, apesar de ter começado a trilhar seus caminhos por terras distantes, vai sempre ser a amiga que mora ao lado.

E por fim, ao Leonardo, pelo apoio e pela sinceridade nos momentos de incertezas.

“Por menor que se afigure o provável relevo de sua contribuição, corre ao processualista o dever de prestá-la.”

José Carlos Babosa Moreira

RESUMO

PEREZ, Adriana Hahn. **Negócios jurídicos processuais**: convenções processuais e calendário no CPC/2015. 200 p. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2017.

O Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015) introduziu um sistema processual pautado no princípio da cooperação, que favorece e incentiva a efetiva participação das partes na condução do processo, em consonância com um modelo de processo civil democrático no contexto do exercício de poder jurisdicional em um Estado Democrático de Direito. Por meio da previsão de diversos negócios jurídicos processuais típicos, bem como de cláusula geral de atipicidade dos negócios jurídicos processuais, o CPC/2015 adota um modelo que reconhece a importância do exercício do autorregramento da vontade das partes no processo. Essa liberdade, no entanto, não é irrestrita, encontrando limites que devem ser observados pelas partes no momento da celebração e pelo juiz quando da aplicação do negócio jurídico no processo. O presente trabalho investiga quais são esses limites. Para isso, foi necessário analisar as normas processuais e as normas de direito material que regem a validade dos negócios jurídicos. Concluiu-se que o agente celebrante do negócio jurídico deve ter capacidade de ser parte e, quando não tenha capacidade de estar em juízo, deve estar devidamente assistido ou representado. Não é exigida, em regra, capacidade postulatória. A livre manifestação de vontade deve ser preservada e, para isso, deve ser observado o especial regime protetivo dos vulneráveis, aí incluídos os aderentes em contratos de adesão. Além disso, o negócio jurídico deve respeitar as normas cogentes e os princípios e garantias constitucionais do processo, bem como sua finalidade deve estar em conformidade com os escopos processuais. Por fim, concluímos que o juiz pode ser parte na celebração de negócio jurídico processual, desde que haja expressa autorização legal e, ainda quando não for parte, se vincula ao negócio jurídico processual válido, abstendo-se de analisar a conveniência da aplicação do acordo.

Palavras-chave: “negócios jurídicos processuais”, “calendário processual”, “autorregramento da vontade”, “processo civil democrático”

ABSTRACT

PEREZ, Adriana Hahn. **Procedural conventions:** contracting for procedure and scheduling in the Code of Civil Procedure of 2015. 200 p. Dissertation (Master). São Paulo: Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

The Code of Civil Procedure of 2015 (CPC/2015) introduced a procedural system based on the principle of cooperation, which favours and encourages the effective participation of the parties in the conduct of the procedure, in line with a democratic civil procedure model in the context of the jurisdictional power in a democratic state. Instituting many possibilities of contracting for procedure, the CPC/2015 adopts a model that recognizes the importance of party autonomy in the procedure. This freedom, however, is not unrestricted, finding bounds that must be respected by the parties when contracting for procedure and by the judge when applying the conventional norm. The present study investigates which are these limits. In order to do so, it was necessary to analyze procedural and material rules of law. We concluded that the agent must be able to be a party in the procedure and, when not able to present himself in court, must be duly assisted or represented. Generally, postulatory capacity is not required. The free expression of will must be preserved and, therefore, the regime of protection of the vulnerable must be observed, considering vulnerable, among others, the adherent in a preformulated standard contract. The conventional norm must also respect the cogent rules and the constitutional principles and guarantees of the procedure. Its purpose must be in accordance with the scopes of the procedure. Finally, we concluded that the judge can be a party when contracting for procedure, as long as there is express legal authorization and, even when not considered a party, the judge is bounded to what the parties agreed, and must refrain from analyzing the convenience of the application of the agreement.

Keywords: “contracting for procedure”; “scheduling”; “party autonomy”; “democratic procedure”

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO ...	17
1.1. Conceito.....	20
1.2. Classificações dos negócios jurídicos processuais	35
1.3. Contexto histórico-cultural	39
1.4. O processo cooperativo	47
1.5. Flexibilização e gerenciamento processual	55
1.6. Negócios jurídicos processuais no contexto da arbitragem.....	60
2. NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS NO CPC/2015	65
2.1. Típicos	65
2.1.1. Calendário Processual.....	73
2.1.1.1. <i>O Calendário Processual na experiência estrangeira.....</i>	<i>83</i>
2.2. Atípicos.....	92
2.2.1 Possibilidades conferidas pelo artigo 190 do CPC/2015	96
3. LIMITES À CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS.	111
3.1. Quanto ao sujeito (partes plenamente capaz).....	112
3.1.1. Dos vícios do consentimento e vícios sociais.....	119
3.1.2. Inserção abusiva em contrato de adesão	121
3.1.3. Manifesta situação de vulnerabilidade.....	127
3.2. Quanto ao objeto (direitos que admitam autocomposição)	135
3.2.1. Licitude do objeto	138
3.2.2. Licitude do motivo determinante	149
3.3. Forma prescrita ou não defesa em lei.....	153
3.4. Negócios jurídicos processuais e o juiz.....	154

3.4.1. Da (des)necessidade de homologação e do controle de validade dos negócios jurídicos processuais.....	160
3.4.2. Da impossibilidade de afastamento do avençado em razão de eventual análise de (in)conveniência	167
3.4.3. Dos critérios de interpretação dos negócios jurídicos processuais	171
3.4.4. Do juiz como facilitador da celebração de negócios jurídicos processuais .	173
CONCLUSÕES	177
BIBLIOGRAFIA	183

INTRODUÇÃO

No contexto da famosa e tão discutida crise por qual passa o serviço público de prestação jurisdicional,¹ é crescente o incentivo ao gerenciamento processual como meio para a obtenção da tutela jurisdicional justa, efetiva e em tempo razoável, buscando-se, ao máximo, a eficiência, objetivo que restou expressamente fixado no artigo 8º do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015), ainda um recém-chegado entre nós.

E, para que se obtenha uma solução mais eficiente, célere e menos onerosa do conflito submetido à solução pela via Jurisdicional, de rigor o gerenciamento do processo, entendido como “planejamento da condução de demandas judiciais em direção à resolução mais adequada do conflito, com o menor dispêndio de tempo e custos”.²

Porém, como demonstraremos ao longo deste trabalho, embora o juiz seja considerado o principal responsável pelo gerenciamento processual, as partes não podem se furtar de seus deveres, devendo também cooperar entre si e com o magistrado para a eficiência do processo.

Para que os sujeitos processuais possam, entretanto, planejar a condução do processo de alguma forma, é necessário que contem com algum grau de liberdade para adaptação do procedimento às necessidades e dificuldades apresentadas no caso concreto e para a superação dos imprevistos que podem ocorrer.

Nesse sentido, em famoso estudo, José Roberto dos Santos Bedaque demonstrou que, para que a tutela jurisdicional seja efetiva e para que os escopos do processo sejam atingidos, é primordial que o processo seja adequado às peculiaridades do

¹ “Discutir a gestão da justiça e o gerenciamento de processos judiciais faz mais sentido quando se analisa o cenário dos sistemas de justiça contemporâneos. E, neste contexto, vivemos situações paradoxais: o amplo e efetivo acesso à justiça é um objetivo promovido e perseguido por um Estado que não tem condições de suportá-lo. Complementarmente, a legislação processual, madura e sofisticada, parece não proporcionar, sozinha, o ideal de efetivo acesso à justiça. As características da sociedade contemporânea favorecem o aumento do volume e a complexidade das demandas judiciais, e o Estado, de seu turno, não dispõe de estrutura judiciária adequada para dar vazão ao número crescente de litígios. Com mais demandas e menos estrutura judicial, a chamada “crise da justiça” tende a aumentar.” SILVA, Paulo Eduardo Alves. **Gerenciamento de processos judiciais**. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 25.

² Ibid., p. 35.

direito material controvertido.³ A flexibilização, dessa forma, apresenta-se como instrumento útil e necessário ao gerenciamento processual.⁴

Tradicionalmente, entende-se que, em razão do modelo de “legalidade das formas procedimentais”,⁵ a adequação deveria ser realizada pelo legislador, notadamente por meio da previsão de procedimentos especiais diferenciados e adequados à solução de determinados tipos de conflitos, os quais estavam previstos no Código de Processo Civil de 1973 (CPC/1973) e em leis esparsas.

Essa técnica, entretanto, mostrou-se insuficiente, eis que é impossível ao legislador acompanhar o ritmo e a complexidade da sociedade moderna de modo a prever todas as necessidades e dificuldades práticas que surgem em uma velocidade incompatível com o caminhar do processo legislativo.⁶

Nesse sentido, conforme Carlos Alberto de Salles,

O caráter transubstancial do processo, de atender indistintamente a um grande conjunto de tipos de situações controvertidas, pelo qual é tradicionalmente concebido, vem sendo colocado em xeque diante da crescente complexidade das situações fáticas e jurídicas da realidade contemporânea. A perda da capacidade do processo para responder a uma grande diversidade de situações, independentemente da maneira a que digam respeito, acaba por enfraquecer a qualidade da resposta processual.⁷

Em razão disso, assistiu-se a um aumento dos poderes do magistrado para o gerenciamento do processo a fim de lhe permitir a flexibilização do procedimento,

³ Cf. BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e processo**: influência do direito material sobre o processo. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

⁴ Nesse sentido: “Outra premissa é de que o cumprimento formal do rito definido em lei não assegura a justa resolução do conflito. É preciso que o juiz enquadre o caso ao procedimento, planeje os atos processuais, controle o andamento do feito e flexibilize, quando necessário, o procedimento.” SILVA, Paulo Eduardo Alves. **Gerenciamento de processos judiciais**. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 36.

⁵ GAJARDONI, Fernando da Fonseca. Procedimentos, déficit procedimental e flexibilização procedimental no novo CPC in **Revista Evocati**. Disponível em <http://www.evocati.com.br/evocati/interna.wsp?tmp_page=interna&tmp_codigo=624&tmp_secao=15&tmp_topico=direitoprocivil#>, acesso em 15 de outubro de 2016, p. 163-164.

⁶ No mesmo sentido: “Cada vez mais estamos convictos de que a adaptabilidade do procedimento é um fenômeno mundial, que revigorou também o estudo e a utilidade dos acordos processuais. Esse fenômeno devirá não só da insuficiência do procedimento ordinarizado, mas também do esgotamento das potencialidades do modelo de procedimentos especiais. Cresceu a necessidade de especialização e adaptação, que não poderia mais vir do legislador, revelando a ineficiência do processo em responder à diversificação dos problemas práticos trazidos ao debate jurisdicional.” CABRAL, Antonio do Passo. **Convenções processuais**. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 195.

⁷ SALLES, Carlos Alberto de. **A arbitragem em contratos administrativos**. São Paulo: Método, 2011, p. 20.

adequando-o ao caso concreto.⁸ Trata-se do que Fernando da Fonseca Gajardoni denominou de flexibilização procedimental judicial.⁹

O novo Código de Processo Civil, no entanto, não seguiu por esse caminho.

Embora estivesse prevista a possibilidade de flexibilização procedimental pelo juiz no Anteprojeto apresentado ao Senado,¹⁰ diante das duras críticas de parte dos operadores do direito acerca da ampliação dos poderes do magistrado,¹¹ os poderes anteriormente previstos no Anteprojeto foram restritos, com a publicação do Código, à possibilidade de dilação dos prazos processuais e à alteração da ordem de produção dos meios de prova, nos termos do artigo 139, inciso VI, do CPC/2015.

Contrabalanceando os poderes mais restritos de flexibilização do processo pelo juiz, o artigo 190 do CPC/2015 e diversos outros dispositivos espalhados pelo Código conferiram às partes amplos poderes para flexibilização convencional do processo, reduzindo as barreiras e aumentando as possibilidades para que as partes possam exercer o autorregramento da vontade, instituindo um processo alinhado às tendências de

⁸ Sobre o aumento dos poderes do juiz, v. GAJARDONI, Fernando da Fonseca. **Flexibilização procedimental**: um novo enfoque para o estudo do procedimento em matéria processual, de acordo com as reformas do CPC. São Paulo: Atlas, 2008. GOMES, Gustavo Gonçalves. **Juiz participativo**: meio democrático de condução do processo. São Paulo: Saraiva, 2014. OLIVEIRA, Guilherme Peres de. **Adaptabilidade judicial**: a modificação do procedimento pelo juiz no processo civil. São Paulo: Saraiva, 2013. PUOLI, José Carlos Baptista. **Os poderes do juiz e as reformas do processo civil**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002. SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Gerenciamento de processos judiciais**. São Paulo: Saraiva, 2010. ZUFELATO, Camilo. **Flexibilização procedimental e gestão processual no direito brasileiro atual e projetado** in I Colóquio Brasil – Itália de Direito Processual Civil. Agosto de 2014, São Paulo.

⁹ GAJARDONI, Fernando da Fonseca. **Flexibilização procedimental**: um novo enfoque para o estudo do procedimento em matéria processual, de acordo com as reformas do CPC. São Paulo: Atlas, 2008, p. 137-139.

¹⁰ Segundo o Anteprojeto o artigo 107 do Código de Processo teria a seguinte redação: “O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: (...) V – adequar as fases e os atos processuais às especificações do conflito, de modo a conferir maior efetividade à tutela do bem jurídico, respeitando sempre o contraditório e a ampla defesa”. BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Anteprojeto do novo Código de Processo Civil**. Brasília: Senado Federal, 2010. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/Anteprojeto.pdf>>, acesso em 2 de julho de 2015.

¹¹ Nesse sentido: “Como já registrado, a previsão do art. 107, V, foi um dos pontos mais criticados do projeto, já que, tal como posto, permite ao juiz alterar, de acordo com seu entendimento, qualquer fase do processo. Segundo a maioria, na prática, isso pode permitir que cada juiz faça o seu ‘Código’, o que pode gerar insegurança jurídica. Por isso, a regra realmente deve ser alterada. Assim, no substitutivo, a flexibilização procedimental fica limitada a duas hipóteses: aumento de prazos e a inversão da produção dos meios de prova.” BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Parecer nº. , de 2010** da Comissão Temporária da Reforma do Código de Processo Civil, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 166, de 2010, que dispõe sobre a reforma do Código de Processo Civil, e proposições anexadas. Brasília: Senado Federal; 2010. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=83984>>, acesso em 10 de dezembro de 2016, p. 199. No mesmo sentido, GAJARDONI, Fernando da Fonseca. Procedimentos, déficit procedimental e flexibilização procedimental no novo CPC in **Revista Evocati**. Disponível em <http://www.evocati.com.br/evocati/interna.wsp?tmp_page=interna&tmp_codigo=624&tmp_secao=15&tmp_topico=direitoprocivil#>, acesso em 15 de outubro de 2016, p. 175.

flexibilização e de “contratualização” da direção processual¹² observadas em diversos países, principalmente a França e a Itália.

Nesse sentido, segundo Trícia Navarro Xavier Cabral:

Como se observa, respeitados sistemas jurídicos pertencentes tanto ao *common law* quanto ao *civil law* estão caminhando na mesma direção, qual seja a de adotar os sujeitos processuais de maior disponibilidade sobre atos e sobre o procedimento, indicando que o Brasil encontra-se na direção correta e evoluindo para a regulamentação de um processo civil condizente com as melhores técnicas mundiais.¹³

Trata-se da introdução em nosso ordenamento de diversos artigos que preveem negócios jurídicos processuais típicos, alguns dos quais trazendo novidades e outros já previstos no CPC/1973, além de cláusula geral de atipicidade dos negócios jurídicos processuais, a qual, inserida no artigo 190 do CPC/2015, abre um amplo leque de possibilidades às partes para que alterem o processo conforme suas necessidades.

Com isso, têm-se a superação da visão excessivamente publicística do processo civil e o reconhecimento de que as partes também são aptas e devem ser também chamadas a contribuir para o bom desenvolvimento do processo por meio de um contraditório “qualificado”, ou seja, que não se contenta mais somente com o famoso binômio informação - reação, reconhecendo o contraditório como “garantia de influência no desenvolvimento e resultado do processo”.¹⁴

Nas palavras de Antonio do Passo Cabral, trata-se de um processo que “reposiciona as partes como protagonistas na condução do procedimento”.¹⁵ Com o reposicionamento das partes e sua retirada de uma posição de mera sujeição, o Código de Processo Civil de 2015 rompe com o modelo então vigente e adota sistemática pautada no princípio da cooperação.

¹² Denominação adotada por ANDRADE, Érico. As novas perspectivas do gerenciamento e da “contratualização” do processo in **Revista de Processo**, ano 36, n. 193, mar. 2011.

¹³ CABRAL, Trícia Navarro Xavier. Reflexos das convenções em matéria processual nos atos judiciais in CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JUNIOR, Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios processuais** in Coleção grandes temas do novo CPC. vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 225.

¹⁴ NUNES, Dierle José Coelho. **Processo jurisdicional democrático: uma análise crítica das reformas processuais**. 1ª ed. 4ª reimp. Curitiba: Juruá, 2012, p. 227. Segundo o autor: “Conjuntamente com essa transição, configurou-se o aviltamento e o enfraquecimento do debate e de seu princípio estruturador, qual seja, o contraditório. Este foi relegado a uma mecânica contraposição de direitos e obrigações ou, como se tornou costumeiro afirmar, tão-somente como um direito de bilateralidade da audiência, possibilitando às partes a devida informação e possibilidade de reação”. Ibid., p. 225.

¹⁵ CABRAL, Antonio do Passo. **Convenções processuais**. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 143.

O modelo de processo cooperativo valoriza e incentiva a participação de todos os sujeitos no gerenciamento processual, dessa forma conferindo ao Poder Jurisdicional maior legitimidade, notadamente no contexto de um Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, segundo Érico Andrade,

Com a abertura do Estado para a consensualidade, não deixa de ser possibilidade das mais interessantes a abertura do processo para que esse tipo de ajuste processual, que permite maior participação e cooperação entre as partes e o juiz, no ajustamento da forma de condução processual, engajando as partes na condução do processo. Conjunto que, no mínimo, abre o processo para uma perspectiva mais democrática na sua condução, que passa a ser não unilateral, imposta pelo Estado-juiz.¹⁶

O sucesso na aplicação dos negócios jurídicos processuais depende do comportamento das partes litigantes, as quais dificilmente contribuirão para o bom gerenciamento do processo caso adotem postura contrária à cooperação.

Nesse contexto, o presente trabalho centraliza o estudo nos negócios jurídicos processuais bilaterais previstos no Código de Processo Civil de 2015, típicos e atípicos, notadamente no artigo 190 do CPC/2015, o qual inseriu em nosso ordenamento a previsão expressa de atipicidade da celebração de negócios jurídicos processuais, superando antiga discussão doutrinária.

Para isso, no primeiro capítulo, são estudados o conceito, a natureza jurídica e as classificações dos negócios jurídicos processuais. A própria admissão da existência de negócios jurídicos no processo vem sendo há muito tempo negada por doutrinadores de renome, tais como Alexandre Freitas Câmara,¹⁷ Cândido Rangel Dinamarco,¹⁸ Daniel Francisco Mitidiero,¹⁹ Enrico Tullio Liebman²⁰ e Roque Komatsu,²¹ o que demonstra a importância de seu estudo como ponto de partida.

Ainda no primeiro capítulo, os negócios jurídicos processuais serão contextualizados com a visão publicística do processo civil, a fim de melhor compreender

¹⁶ ANDRADE, Érico. As novas perspectivas do gerenciamento e da “contratualização” do processo *in* **Revista de Processo**, ano 36, n. 193, mar. 2011, p. 188.

¹⁷ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. vol. 1. 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 274.

¹⁸ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. vol. II. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 481-485.

¹⁹ MITIDIERO, Daniel Francisco. **Comentários ao código de processo civil**. Tomo II. São Paulo: Memória Jurídica, 2005, p. 15-16.

²⁰ LIEBMAN, Enrico Tullio. **Manual de direito processual civil**. DINAMARCO, Cândido Rangel. (trad.), vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1984, p. 226-227.

²¹ KOMATSU, Roque. **Da invalidade no processo civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991, p. 141.

as variáveis que contribuíram para a maior ou menor participação das partes no processo ao longo do tempo, bem como as razões da sua crescente importância no processo contemporâneo.

Também no primeiro capítulo, serão abordados brevemente os temas do gerenciamento do processo e como os negócios jurídicos processuais podem ser utilizados para essa finalidade, bem como da arbitragem, amplamente mencionada por processualistas que se propõem a estudar os negócios jurídicos processuais.

No segundo capítulo, a partir da análise do CPC/2015, serão estudados os negócios jurídicos processuais típicos e atípicos previstos no código, comparados aos existentes no Código de Processo Civil de 1973, para previsão de algumas das possibilidades de aplicação prática dos dispositivos abordados, comparando-os, ainda, a disposições semelhantes encontradas em ordenamentos estrangeiros, principalmente Alemanha, França e Itália.

Por fim, no último capítulo nos propusemos a responder às seguintes indagações: quais os requisitos de validade dos negócios jurídicos processuais? Quais os limites que deverão ser respeitados pelas partes ao celebrarem negócios jurídicos processuais tal como previstos abstratamente pelo legislador?²² Qual a postura que deve ser adotada pelo magistrado diante de negócio jurídico processual: estaria ele vinculado ao que as partes bilateralmente convencionaram?

Com a resposta a essas indagações, esperamos que o trabalho contribua para um melhor entendimento acerca das possibilidades e limites encontrados na aplicação dos negócios jurídicos processuais trazidos pelo Código de Processo Civil de 2015, permitindo-se uma maior compreensão da comunidade jurídica a respeito do tema, e, conseqüentemente, a maior recepção e utilização das faculdades conferidas.

²² A importância da delimitação às possibilidades de contratualização acerca dos atos do processo é muito observada na doutrina: “A amplitude com que formulada a proposta exige maior reflexão e um trabalho mais exauriente acerca das hipóteses e bases da convenção, e especialmente sua validade e eficácia a partir do cotejo do produto final do acordo processual com as garantias previstas na Constituição federal e na legislação processual civil. Afinal, as partes poderão convencionar a respeito de poderes, ônus, faculdades em contrariedade aos direitos fundamentais previstas na Constituição, mesmo antes do processo? Qual a validade e eficácia do acordo firmado entre as partes, durante ou no curso do processo, por exemplo, que vede a faculdade de apresentar defesa total ou parcialmente? Poderão ser objeto de acordo o ônus de antecipar custas e honorários de perito? (...)” MÜLLER, Júlio Guilherme. Acordo processual e gestão compartilhada do procedimento *in* FREIRE, Alexandre; DANTAS, Bruno; NUNES, Dierle; *et al* (org.) **Novas tendências do processo civil**: estudos sobre o projeto do Novo Código de Processo Civil. vol. 3. Salvador: JusPodivm, 2014, p. 151.

CONCLUSÕES

O Código de Processo Civil de 2015, rompendo com o modelo individualista então vigente sob a égide do Código de Processo Civil de 1973,⁵⁹⁹ inseriu em nosso sistema um processo civil baseado na ideologia cooperativa. A visão publicística que defende a concentração dos poderes de condução do processo nas mãos do magistrado vem cedendo espaço nos últimos anos à ideia de um processo que reconhece a importância da participação de todos os sujeitos processuais para o seu regular desenvolvimento, defendendo-se, dessa forma, um processo participativo em consonância com o Estado Democrático de Direito.

O modelo de processo civil cooperativo é extraído da superação dos extremos representados pelos modelos inquisitorial e adversarial. Observa-se, em diversos sistemas processuais estrangeiros, uma tendência ao equilíbrio das posições dos sujeitos processuais.

Enquanto que, nos países em que tradicionalmente são adotados modelos adversariais de processo, como é o caso dos Estados Unidos, Inglaterra,⁶⁰⁰ Hong Kong,⁶⁰¹ França⁶⁰² e Holanda⁶⁰³ têm-se observado a um aumento dos poderes do magistrado como contrapartida ao abuso do processo pelas partes, nos países que adotam o modelo predominantemente inquisitorial, como é o caso da Alemanha,⁶⁰⁴ Portugal,⁶⁰⁵ e do Brasil, têm-se tomado o caminho inverso, reconhecendo-se autonomia às partes.

Nesse contexto, e com inspiração também no processo arbitral, tal como abordado no item 1.6, o Código de Processo Civil de 2015 permite a celebração de uma

⁵⁹⁹ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. vol. I. 8ª ed. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 420.

⁶⁰⁰ SILVA, Paulo Eduardo Alves. **Gerenciamento de processos judiciais**. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 42. MOREIRA, José Carlos Barbosa. O neoprivatismo no processo civil in MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas de direito processual**: nona série. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 92.

⁶⁰¹ CHAN, C.H. Peter; CHAN, David; Lei, Chen. China: Hong Kong. *Selective adoption of the English Woolf reforms in RHEE, Cornelis Hendrik (Remco) van; YULIN, Fu. (editores). Civil litigation in China and Europe: essays on the role of the judge and the parties*. Maastricht: Springer, 2013, p. 83.

⁶⁰² LEONEL, Ricardo de Barros. Direito processual civil francês in CRUZ E TUCCI, José Rogério (coord.) **Direito processual civil europeu contemporâneo**. São Paulo: Lex, 2010, p. 124-126.

⁶⁰³ RHEE, Cornelis Hendrik (Remco) van; VERKERK, Remme. *The Netherlands: a no-nonsense approach to civil procedure reform in RHEE, Cornelis Hendrik (Remco) van; YULIN, F. (editors). Civil litigation in China and Europe: essays on the role of the judge and the parties*. Maastricht: Springer, 2013, p. 267-269.

⁶⁰⁴ GREGER, Reinhard. Cooperação como princípio processual. Tradução de KOCHER, Ronaldo. in **Revista de Processo**, ano 37, n. 206, abr. 2012.

⁶⁰⁵ DIDIER JR., Fredie. **Fundamentos do princípio da cooperação no direito processual civil português**. Coimbra: Coimbra, 2010.

ampla variedade de negócios jurídicos processuais que abrem espaço ao autorregramento de vontade das partes no processo.

Os negócios jurídicos processuais, que até o advento do Código de Processo Civil de 2015 eram ignorados, quando não tinham sua existência expressamente negada por alguns dos mais renomados processualistas, como exposto no item 1.1, passaram a receber atenção da doutrina, assistindo-se, nos últimos anos, a uma multiplicação da publicação de estudos acerca do tema.⁶⁰⁶

O Código prevê, em diversos artigos, negócios jurídicos processuais típicos, mencionados no item 2.1 acima, dentre os quais é importante destacar o calendário processual, que, caso seja efetivamente adotado em nossos tribunais, promete ser mais um instrumento para o gerenciamento do processo mediante a colaboração de todos os sujeitos processuais.

O legislador, porém, foi além e, superando o debate acerca da possibilidade de celebração de negócios jurídicos processuais atípicos, instituiu, no artigo 190 do CPC/2015, cláusula geral que abre um amplo leque de possibilidade para que as partes convençionem acerca de ajustes ao procedimento para adequá-lo às especificidades da causa ou para alterar o exercício de suas situações jurídicas processuais.

É impossível imaginar aprioristicamente todas as possíveis modificações que as partes poderão promover no processo, eis que a cláusula geral inserida no artigo 190 do CPC/2015 traz ampla margem ao exercício criativo dos destinatários da tutela jurisdicional, porém apresentamos no item 2.2.1 alguns exemplos extraídos de ordenamentos estrangeiros e algumas possíveis aplicações admitidas por autores brasileiros.

Não nos é possível prever o alcance que a cláusula geral de atipicidade dos negócios jurídicos processuais vai conseguir atingir na prática dos tribunais brasileiros, o

⁶⁰⁶ Apenas para citar alguns dos trabalhos publicados após a publicação do CPC/2015, têm-se ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de. **A contratualização do processo**: as convenções processuais no processo civil. São Paulo: LTr, 2015. BARREIROS, Lorena Miranda Santos. **Convenções processuais e poder público**. Salvador: Juspodivm, 2016. CABRAL, Antonio do Passo. **Convenções processuais**. Salvador: Juspodivm, 2016. GODINHO, Robson Renault. **Negócios processuais sobre o ônus da prova no novo código de processo civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios jurídicos processuais**. Salvador: Juspodivm, 2016. Além dos diversos artigos colacionados em CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. (coord.) **Negócios processuais** in Coleção grandes temas do novo CPC. vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015. e dos diversos artigos publicados em revistas jurídicas.

que vai depender da adesão dos operadores do direito às novidades trazidas pelo novo Código. A necessidade de mudança de mentalidade, já apontada pela doutrina quando da recepção entre nós dos meios autocompositivos de solução de conflitos,⁶⁰⁷ também deve estar presente para a boa recepção da convencionalidade em nosso sistema processual.

Essa liberdade, entretanto, evidentemente encontra limites, que são mais restritos no processo do que os impostos para a celebração de negócios jurídicos de direito material, diante do interesse público que não pode deixar de ser observado no exercício do poder jurisdicional.

Nesse sentido, acreditamos ter respondido às perguntas formuladas na introdução deste trabalho, em que nos propusemos a analisar os requisitos de validade e os limites impostos às partes na celebração de negócios jurídicos processuais, obtendo as seguintes conclusões:

a) A celebração de negócios jurídicos processuais requer agente capaz, ou seja, é necessário que as pessoas tenham capacidade de ser parte, aí incluída a possibilidade de celebração de negócios jurídicos pelos entes despersonalizados previstos no artigo 75 do CPC/2015;

b) Além da capacidade de ser parte, caso não tenha capacidade de estar em juízo, é necessário que a parte esteja devidamente assistida ou representada, a depender do caso, devendo ser observado eventual regime protetivo especial para o incapaz ou relativamente incapaz, parte vulnerável na relação, o que não significa que esteja impedido de celebrar negócios jurídicos, notadamente quando for por eles favorecido;

c) Não é exigida capacidade postulatória, a qual é, entretanto, altamente recomendável, presumindo-se a vulnerabilidade da parte que não conte com a orientação de um advogado para a celebração do negócio jurídico processual;

d) A manifestação de vontade das partes deve ser livre e consciente, o que significa que deve estar livre de vícios de consentimento ou de vícios sociais;

e) A manifestação de vontade livre e consciente deve ser preservada também quando o negócio jurídico processual estiver inserido em contrato de adesão, no qual há um evidente desequilíbrio da relação, resultando na vulnerabilidade do aderente, o qual, por estar em posição de sujeição, é suscetível à celebração de cláusula abusiva sem

⁶⁰⁷ WATANABE, Kazuo. Política pública do poder judiciário nacional para tratamento adequado dos conflitos de interesses *in* PELUSO, Antonio Cezar; RICH, Morgana de Almeida. (coord). **Conciliação e mediação**: estruturação da política judiciária nacional. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 4.

liberdade de escolha, ou mesmo sem sequer ter consciência da adesão à convenção processual. Para a mitigação dessa desigualdade, o proponente deve cumprir efetivamente os seus deveres de informação e transparência e, no caso de contratos de consumo, deve ser observado o regime protetivo previsto no Código de Defesa do Consumidor;

f) A preocupação de preservação da manifestação de vontade livre e consciente deve estar presente com mais intensidade também na celebração de negócios jurídicos processuais em que uma das partes seja vulnerável em relação à outra, negando-se validade ao negócio jurídico processual excessivamente desvantajoso à parte em situação de vulnerabilidade;

g) O negócio jurídico processual deve se destinar a produzir efeitos em processo que verse sobre direitos que admitam autocomposição, assim entendidos aqueles direitos passíveis de serem solucionados diretamente pelas partes sem a necessidade de intervenção do Estado, o que não exclui a possibilidade de celebração de negócios jurídicos processuais em processos que tenham por objeto direito indisponível;

h) O negócio jurídico processual deve respeitar as normas processuais cogentes;

i) Na celebração de negócio jurídico processual que restrinja princípios ou garantias constitucionais, deve ser observada a proporcionalidade entre a restrição inflingida e as vantagens obtidas para a eficiência do processo, em conformidade com os escopos processuais;

j) A finalidade almejada pelas partes com a celebração do negócio jurídico processual não pode estar dissociada dos escopos do processo;

k) O negócio jurídico processual pode ser celebrado por qualquer forma, exceto quando houver expressa previsão legal em contrário.

Concluimos também que, em regra, não é necessário que o negócio jurídico processual seja submetido a homologação judicial, porém, quando esta é exigida por expressa previsão legal, trata-se de condição de eficácia do negócio.

Por fim, ao analisarmos a posição do magistrado frente a negócios jurídicos processuais, concluimos que o juiz pode celebrar negócio jurídico como parte desde que haja expressa previsão legal autorizante. Ainda quando o magistrado não seja parte do negócio jurídico, não somente o juiz, mas também todos que façam parte do juízo, estarão vinculados ao negócio jurídico válido.

Ao realizar o controle de validade do negócio jurídico processual o magistrado deverá se abster de promover uma análise de conveniência da aplicação do convencionado, somente podendo recusar sua aplicação quanto reputar inválido o negócio jurídico processual.

Em caso de dubiedade na interpretação de negócio jurídico processual, o magistrado deverá perquirir qual o real sentido da manifestação de vontade das partes e qual as suas intenções com a celebração da convenção processual, adotando interpretação que preserve ao máximo a liberdade de autorregramento da vontade.

O juiz não pode ser considerado um coadjuvante na sistemática de aplicação dos negócios jurídicos processuais, tendo importante papel a desempenhar no incentivo à adoção de uma postura cooperativa e incentivadora do efetivo diálogo entre as partes, postura que deve ser adotada pelo próprio magistrado.

Ainda é cedo para afirmar se os institutos serão bem recepcionados pelos magistrados e demais operadores do direito, bem como se tornarão realidade o efetivo exercício do autorregramento da vontade no processo. Há longo e árduo caminho a percorrer para a instituição no Brasil de um processo que se pretende cooperativo, porém esperamos poder ter contribuído de alguma forma para essa finalidade.

BIBLIOGRAFIA

ABDO, Helena. As situações jurídicas processuais e o processo civil contemporâneo *in* DIDIER JR., Fredie. (coord.) **Teoria do processo**: panorama doutrinário mundial. v.2. Salvador: Juspodivm, 2010, p. 339-352.

ABREU, Rafael Sirangelo. A igualdade e os negócios processuais *in* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios processuais** *in* Coleção grandes temas do novo CPC. vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 193-214.

_____. Customização processual compartilhada: o sistema de adaptabilidade do novo CPC *in* **Revista de Processo**, ano 41, n. 257, jul. 2016.

_____. **Igualdade e processo**: posições processuais equilibradas e unidade do direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de. **A contratualização do processo**: as convenções processuais no processo civil. São Paulo: LTr, 2015.

_____. As convenções processuais na experiência francesa e o novo CPC *in* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios processuais** *in* Coleção grandes temas do novo CPC. vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 245-267.

ALVIM, José Eduardo Carreira. **Recurso “per saltum”**: sugestão para a justiça do terceiro milênio. Disponível em <
<http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/J%20E%20Carreira%20Alvim%20-formatado.pdf>>
 acesso em 21 de dezembro de 2016.

ANDRADE, Érico. As novas perspectivas do gerenciamento e da “contratualização” do processo *in* **Revista de Processo**, ano 36, n. 193, mar. 2011.

ANDREWS, Neil. **O moderno processo civil**: formas judiciais e alternativas de resolução de conflitos na Inglaterra. Tradução de WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. (orient.) 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. Relações entre a Corte e as partes na era do *case management*. Tradução de PANTOJA, Fernanda Medina; FARIA, Marcela Kohlbach; e MENEZES, Paula Bezerra de. *in* **Revista de Processo**, ano 38, n. 217, mar. 2013.

APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. **Ordem pública e processo**: o tratamento das questões de ordem pública no direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2011.

ATAÍDE JR., Jaldemiro Rodrigues de; NETO, João Luiz Lessa; AVELINO, Murilo Teixeira; NETO, Newton Pereira Ramos. No acordo de procedimento qual é o papel do

juiz (codeclarante, mero homologador ou outro)? *in* **Revista Brasileira de Direito Processual**, ano 23, n. 91, jul.-set. 2015.

ATAÍDE JR., Jaldemiro Rodrigues de. Negócios jurídicos materiais e processuais: existência, validade e eficácia - campo-invariável e campos-dependentes: sobre os limites dos negócios jurídicos processuais *in* **Revista de Processo**, ano 40, n. 244, jun. 2015.

_____. **O papel do juiz diante dos negócios jurídicos processuais**. Disponível em <<http://portalprocessual.com/o-papel-do-juiz-diante-dos-negocios-juridicos-processuais/>>, acesso em 11 de outubro de 2016.

AVELINO, Murilo Teixeira. A posição do magistrado em face dos negócios jurídicos processuais *in* **Revista de Processo**, ano 40, n. 246, ago. 2015.

ÁVILA, Humberto. O que é “devido processo legal”? *in* DIDIER JR., Fredie. (coord.) **Teoria do processo: panorama doutrinário mundial**. v.2. Salvador: Juspodivm, 2010, p. 353-362.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Negócio jurídico: existência, validade e eficácia**. 4ª ed., 5ª tir. São Paulo: Saraiva, 2007.

BARREIROS, Lorena Miranda Santos. **Convenções processuais e poder público**. Salvador: Juspodivm, 2016.

BARROZO, Thaís Aranda. O calendário processual no direito francês e no italiano: reflexos no novo CPC brasileiro *in* **I Colóquio Brasil – Itália de Direito Processual Civil**. Agosto de 2014, São Paulo.

_____. O calendário processual no direito francês e no italiano: reflexos no novo Código de Processo Civil *in* ZUFELATO, Camilo; BONATO, Giovanni, SICA, Heitor Vitor Mendonça; CINTRA, Lia Carolina Batista (coord.). **I colóquio Brasil-Itália de direito processual civil**. Salvador: Juspodivm, 2016.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e processo: influência do direito material sobre o processo**. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

BERALDO, Maria Carolina Silveira. **O comportamento dos sujeitos processuais como obstáculo à razoável duração do processo**. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. O dever de cooperação no processo civil *in* **Revista de Processo**, ano 36, n. 198, ago. 2011.

BETTI, Emilio. **Teoria geral do negócio jurídico**. Tradução de Servanda Editora. Campinas: Servanda, 2008.

BODART, Bruno Vinícius da Rós. O processo civil participativo: a efetividade constitucional e o projeto do novo Código de Processo Civil *in* **Revista de Processo**, ano 37, n. 205, mar. 2012.

BOMFIM, Daniela Santos. A legitimidade extraordinária de origem negocial *in* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios processuais** *in* Coleção grandes temas do novo CPC. vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 335-352.

BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. Ensaio sobre o dever de colaboração das partes previsto no projeto do novo código de processo civil brasileiro *in* **Revista de Processo**, ano 35, n. 190, dez. 2010.

BOTELHO, Guilherme. Os poderes processuais do juiz em perspectiva comparada *in* **Revista de Processo**, ano 40, n. 243, mai. 2015.

BRAGA, Paula Sarno. **Norma de processo e norma de procedimento**: o problema da repartição de competência legislativa no direito constitucional brasileiro. Salvador: Juspodivm, 2015.

_____. Primeiras reflexões sobre uma teoria do fato jurídico processual: plano de existência *in* **Revista de Processo**, ano 32, n. 148, jun. 2007.

BRASIL. **Análise da gestão e funcionamento dos cartórios judiciais**. Brasília: Ministério da Justiça, 2007. Disponível em <<http://s.conjur.com.br/dl/pesquisacartorios.pdf>>, acesso em 20 de dezembro de 2016.

_____. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº. 6.025, de 2005, ao Projeto de Lei nº. 8.046, de 2010, ambos do Senado Federal, e outros, que tratam do “Código de Processo Civil” (revogam a Lei nº. 5.869, de 1973). **Código de Processo Civil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1030577&filename=Tramitacao-PL+6025/2005>, acesso em 10 de dezembro de 2016.

_____. Congresso Nacional. Senado Federal. **Parecer nº. , de 2010** da Comissão Temporária da Reforma do Código de Processo Civil, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 166, de 2010, que dispõe sobre a reforma do Código de Processo Civil, e proposições anexadas. Brasília: Senado Federal; 2010. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=83984>>, acesso em 10 de dezembro de 2016.

_____. Congresso Nacional. Senado Federal. **Anteprojeto do novo Código de Processo Civil**. Brasília: Senado Federal, 2010. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/Anteprojeto.pdf>>, acesso em 2 de julho de 2015.

BUENO, Cassio Scarpinella. Os princípios do processo civil transnacional e o Código de Processo Civil brasileiro: uma breve aproximação *in* SALLES, Carlos Alberto de. **As grandes transformações do processo civil brasileiro**: homenagem ao professor Kazuo Watanabe. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 433-456.

CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. (coord.) **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

CABRAL, Antonio do Passo. A Resolução nº 118 do Conselho Nacional do Ministério Público e as convenções processuais *in* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios processuais**. (Coleção grandes temas do novo CPC), vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 541-557.

_____. **Convenções processuais**. Salvador: Juspodivm, 2016.

_____. Despolarização do processo, legitimidade *ad actum* e zonas de interesse: sobre a migração entre polos da demanda *in* ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz. (org.) **40 anos da teoria geral do processo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 43-95.

CABRAL, Trícia Navarro Xavier. Convenções em matéria processual *in* **Revista de Processo**, ano 40, n. 241, mar. 2015.

_____. Reflexo das convenções em matéria processual nos atos judiciais *in* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios processuais** *in* Coleção grandes temas do novo CPC. vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 215-243.

CADIET, Loïc. *La qualification juridique des accords processuels* *in* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios processuais** *in* Coleção grandes temas do novo CPC. vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 93-103.

_____. *Los acuerdos procesales em derecho francés: situación actual de la contractualización del proceso y de la justicia en Francia* *in* **Civil Procedure Review**, v. 3, n. 3, ago.-dez. 2012. Disponível em <http://www.civilprocedurereview.com/busca/baixa_arquivo.php?id=59&embedded=true>, acesso em 10 de outubro de 2016.

CALAMANDREI, Piero. O novo processo civil e a ciência jurídica *in* CALAMANDREI, Piero. **Estudos de direito processual na Itália**. Tradução de GAMA, Ricardo Rodrigues. Campinas: LZN, 2003.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. vol. 1. 24ª ed. São Paulo: Altas, 2013, p. 274.

CÂMARA, Marcela Regina Pereira. A contratualização do processo civil? *in* **Revista de Processo**, ano 36, n. 194, abr. 2011.

CAMBI, Eduardo. **Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo**: diretos fundamentais, políticas públicas e protagonismo judiciário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

CAMPOS, Alyson Rodrigo Correia. Princípio da cooperação: uma perspectiva heraclitiana no processo civil *in* **Revista da ESMape**, vol. 14, n. 30, jul./dez. 2009.

CAMPOS, Eduardo Luiz Cavalcanti. Ato-fato processual: reconhecimento e consequências *in* **Revista de Processo**, ano 41, n. 254, abr. 2016.

CAPONI, Remo. **Autonomia privada e processo civil**: os acordos processuais. Tradução de QUEIROZ, Pedro Gomes de. *in* Revista Eletrônica de Direito Processual, v. XIII, p. 736. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/11932/9344>>, acesso em 18 de outubro de 2016.

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e Processo**: um comentário à Lei nº 9.307/96. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CHAN, C.H. Peter; CHAN, David; Lei, Chen. *China: Hong Kong. Selective adoption of the English Woolf reforms in RHEE*, Cornelis Hendrik (Remco) van; YULIN, F. (editors). **Civil litigation in China and Europe: essays on the role of the judge and the parties**. Maastricht: Springer, 2013, p. 71-125.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de direito processual civil**. Tradução de CAPITANIO, Paolo. vol. 3. Campinas: Bookseller, 2000.

CIANCI, Mirna; MEGNA, Bruno Lopes. Fazenda Pública e negócios jurídicos processuais no novo CPC: pontos de partida para o estudo *in* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios processuais** *in* Coleção grandes temas do novo CPC. vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 481-506.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

COELHO, Gláucia Mara. Direito processual civil português *in* CRUZ E TUCCI, José Rogério. (coord.) **Direito processual civil europeu contemporâneo**. São Paulo: Lex, 2010, p. 285-331.

CORRÊA, Fabio Peixinho Gomes. Negócios jurídicos processuais: uma nova fronteira? *in* **Revista do Advogado**, n. 126, mai. 2015.

_____. Direito processual civil alemão *in* CRUZ E TUCCI, J. R. (coord.) **Direito processual civil europeu contemporâneo**. São Paulo: Lex, 2010, p. 11-49.

COSTA, Eduardo José da Fonseca. Calendarização processual *in* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios processuais** *in* Coleção grandes temas do novo CPC. vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 353-369.

_____. A “**execução negociada**” de políticas públicas em juízo. Disponível em <<http://www.bvr.com.br/abdpro/wp-content/uploads/2016/03/Execucao-negociada-de-politicas-publicas.pdf>>, acesso em 20 de dezembro de 2016.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. Direito processual civil inglês *in* CRUZ E TUCCI, José Rogério. (coord.) **Direito processual civil europeu contemporâneo**. São Paulo: Lex, 2010.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. O processo civil no Estado Constitucional e os fundamentos do projeto do novo Código de Processo Civil *in* **Revista de Processo**, ano 37, n. 209, jul. 2012.

_____. Negócios jurídicos processuais no Processo Civil Brasileiro in CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios processuais** in Coleção grandes temas do novo CPC. vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 27-62.

DAVIS, Kevin E.; HERSHKOFF, Helen. *Contracting for procedure* in CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios processuais** in Coleção grandes temas do novo CPC. vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 131-178.

DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Teoria dos fatos jurídicos processuais**. Salvador: Juspodivm, 2011.

DIDIER JR., Fredie. Cláusulas gerais processuais in **Revista de Processo**, ano 35, n. 187, set. 2010.

_____. **Curso de direito processual civil**: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 17ª ed. Salvador: Juspodivm, 2015.

_____. **Duas questões sobre o ignorado parágrafo único do art. 333 do CPC**: a convenção sobre o ônus da prova. Momento e objeto. Disponível em <<http://www.frediedidier.com.br/editorial/editorial-153/>> acesso em 15 de dezembro de 2016.

_____. Fonte normativa da legitimação extraordinária no novo Código de Processo Civil: a legitimação extraordinária de origem negocial in **Revista de Processo**, ano 39, n. 232, jun. 2014.

_____. **Fundamentos do princípio da cooperação no direito processual civil português**. Coimbra: Coimbra, 2010.

_____. O princípio da cooperação: uma apresentação in **Revista de Processo**, ano 30, n. 127, set. 2005.

_____. Princípio do respeito ao autorregramento da vontade no Processo Civil in CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios processuais** in Coleção grandes temas do novo CPC. vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 19-25.

_____. **Sobre a teoria geral do processo, essa desconhecida**. 3ª ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

_____. Sobre dois importantes, e esquecidos, princípios do processo: adequação e adaptabilidade do procedimento in **Revista da Ajuris**, n. 83, t. I, set. 2001. Disponível em <http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Fredie%20Didier_3_-formatado.pdf>, acesso em 16 de outubro de 2016.

DINAMARCO, Cândido Rangel; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. **Teoria geral do novo processo civil**. São Paulo: Malheiros, 2016.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. 15ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

_____. **Instituições de direito processual civil**. vol. I. 8ª ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

_____. **Instituições de direito processual civil**. vol. II. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. **O novo Código de Processo Civil brasileiro e a ordem processual civil vigente** in Revista de Processo, ano 40, n. 247, set. 2015.

DUARTE, Antonio Aurélio Abi Ramia. **O novo código de processo civil, os negócios processuais e a adequação procedimental**. Disponível em <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revista_gedicon_online/paginas/volume/2/revista-do-gedicon-volume2_21.pdf>, acesso em 11 de agosto de 2016.

FARIA, Guilherme Henrique Lage. **Negócios processuais no modelo constitucional de processo**. Salvador: Juspodivm, 2016.

FAZZALARI, Elio. **Instituições de direito processual**. 8ª ed. Tradução de NASSIF, Elaine. 1ª ed. Campinas: Bookseller, 2006.

FELITTE, Beatriz Valente. **Flexibilização da forma dos atos processuais das partes no processo civil brasileiro**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2013.

FISS, Owen. **Um novo processo civil**: estudos norte-americanos sobre jurisdição, constituição e sociedade. Tradução de SALLES, Carlos Alberto de. (coord.) São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

FONSECA, Elena Zucconi Galli. *Il calendario del processo in Rivista trimestrale di diritto e procedura civile*, vol. 66, n. 4, 2012. Disponível em <[http://www.federmot.it/public/news/files/Il%20calendario%20del%20processo%2020\(prof.ssa%20E.%20Zucconi%20Galli%20Fonseca,%205.2012\).pdf](http://www.federmot.it/public/news/files/Il%20calendario%20del%20processo%2020(prof.ssa%20E.%20Zucconi%20Galli%20Fonseca,%205.2012).pdf)>, acesso em 20 de novembro de 2016.

FUHUA, Wang. *From 'trial management' to 'case management'* in RHEE, Cornelis Hendrik (Remco) van; YULIN, F. (editors). **Civil litigation in China and Europe: essays on the role of the judge and the parties**. Maastricht: Springer, 2013, p. 59-68.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. A flexibilização do procedimento processual no âmbito da *common law* in **Revista de Processo**, ano 33, n. 163, set. 2008.

_____. **Flexibilização procedimental**: um novo enfoque para o estudo do procedimento em matéria processual, de acordo com as reformas do CPC. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. Os princípios da adequação e da adaptabilidade (flexibilidade) procedimental na teoria geral do processo in ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz. (org.) **40 anos da teoria geral do processo no Brasil**: passado, presente e futuro. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 305-325.

_____. **O saneamento compartilhado no novo CPC.** Brasília: JOTA, 2016. Disponível em <<http://jota.info/colunas/novo-cpc/o-saneamento-compartilhado-no-ncpc-08082016>>, acesso em 23 de dezembro de 2016.

_____. Procedimentos, déficit procedimental e flexibilização procedimental no novo CPC in **Revista Evocati.** Disponível em <http://www.evocati.com.br/evocati/interna.wsp?tmp_page=interna&tmp_codigo=624&tmp_secao=15&tmp_topico=direitoproccivil#>, acesso em 02 de julho de 2015.

GALANTER, Marc. *Why the “haves” come out ahead: speculations on the limits of legal change in Law and Society Review*, vol. 9, n. 1, 1974. Disponível em <<https://www.uakron.edu/dotAsset/1668547.pdf>>, acesso em 2 de dezembro de 2016.

GARRIDO, José Antônio. Breves reflexões acerca da invalidade do ato processual postulatório in DIDER Jr., Fredie; EHRHARDT Jr., Marcos. (coord.) **Revisitando a teoria do fato jurídico**: homenagem a Marcos Bernardes de Mello. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 281-337.

GODINHO, Robson Renault. **Negócios processuais sobre o ônus da prova no novo código de processo civil.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. A autonomia das partes no projeto de código de processo civil: a atribuição convencional do ônus da prova in FREIRE, Alexandre; DANTAS, Bruno; NUNES, Dierle; et al (org.) **Novas tendências do processo civil**: estudos sobre o projeto do Novo Código de Processo Civil. vol. 3. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 557-590.

_____. A possibilidade de negócios jurídicos processuais atípicos em matéria probatória in CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios processuais** in Coleção grandes temas do novo CPC. vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 407-416.

_____. **Reflexões sobre os poderes instrutórios do juiz**: o processo não cabe no “leito de Procusto” in Revista de Processo, ano 39, n. 235, set. 2014.

GOMES, Gustavo Gonçalves. **Juiz participativo**: meio democrático de condução do processo. São Paulo: Saraiva, 2014.

GOUVEIA, Lúcio Grassi de. A função legitimadora do princípio da cooperação intersubjetiva no processo civil brasileiro in **Revista de Processo**, ano 34, n. 172, jun. 2009.

_____. Cognição processual civil: atividade dialética e cooperação intersubjetiva na busca da verdade real in **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 06, jun. 2003.

GOUVEIA, Mariana França. **Os poderes do juiz cível na acção declarativa em defesa de um processo civil ao serviço do cidadão.** Disponível em <http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/mfg_ma_2830.doc>, acesso em 15 de novembro de 2014.

GRECO, Leonardo. Os atos de disposição processual: primeiras reflexões in **Revista Questio Iuris**, v. 4, nº 1. Págs. 720 – 746. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/qu aestio iuris/article/view/10206>>, acesso em 29 de junho de 2015.

_____. Publicismo e privatismo no processo civil in **Revista de Processo**, ano 33, n. 164, out. 2008.

GREGER, Reinhard. Cooperação como princípio processual. Tradução de KOCHER, R. in **Revista de Processo**, ano 37, n. 206, abr. 2012.

GRISS, Irmgard. *The Austrian model of cooperation between the judges and the parties in RHEE, Cornelis Hendrik (Remco) van; YULIN, F. (editors) Civil litigation in China and Europe: essays on the role of the judge and the parties*. Maastricht: Springer, 2013, p. 179-184.

GROSS, Marco Eugênio. A colaboração processual como produto do Estado Constitucional e as suas relações com a segurança jurídica, a verdade e a motivação da sentença in **Revista de Processo**, ano 38, n. 226, dez. 2013.

HENRIQUES FILHO, Ruy Alves. As cláusulas gerais no processo civil in **Revista de Processo**, ano 33, n. 155, jan. 2008.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Contrato: estrutura milenar de fundação do direito privado**. Trabalho apresentado no 5º seminário de estudos sobre o novo Código Civil, promovido pela Escola Judicial Des. Edésio Fernandes e pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em Uberlândia, em agosto de 2002. Disponível em <www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/67537/70147>, acesso em 15 de dezembro de 2016.

HOFFMAN, Paulo. **Saneamento compartilhado**. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

JEULAND, Emmanuel. *Case management in France* in RHEE, Cornelis Hendrik (Remco) van; YULIN, F. (editors) *Civil litigation in China and Europe: essays on the role of the judge and the parties*. Maastricht: Springer, 2013, p. 349-358.

KERN, Christoph A. *Procedural contracts in Germany* in CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios processuais in Coleção grandes temas do novo CPC**. vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 179-191.

KOMATSU, Roque. **Da invalidade no processo civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

LANGER, Vera Isabella. *Die Funktion des Prozessvergleichs im Zivilprozessrecht: im Spannungsfeld zwischen Privatautonomie und Justizgewährungsanspruch*. Berlin: Tectum, 2014.

LEONARDO, César Augusto Luiz. **Contraditório, lealdade processual e dever de cooperação intersubjetiva**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2013.

LEONEL, Ricardo de Barros. Direito processual civil francês *in* CRUZ E TUCCI, José Rogério (coord.) **Direito processual civil europeu contemporâneo**. São Paulo: Lex, 2010, p. 113-140.

_____. Fatos e atos jurídicos: planos de existência, validade, eficácia, e a questão da *querela nullitatis* *in* **Revista Justitia**, ano 65, n. 199, jul.-dez. 2008. Disponível em <<http://www.revistajustitia.com.br/artigos/y73219.pdf>>, acesso em 24 de dezembro de 2016.

LIEBMAN, Enrico Tullio. **Manual de direito processual civil**. Tradução de DINAMARCO, Cândido Rangel. vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

LIMA, Bernardo Silva de. Sobre o negócio jurídico processual *in* DIDER Jr., Fredie; EHRHARDT Jr., Marcos. (coord.) **Revisitando a teoria do fato jurídico**: homenagem a Marcos Bernardes de Mello. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 115-123.

LIPIANI, Júlia; SIQUEIRA, Marília. Negócios jurídicos processuais sobre a fase recursal *in* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios processuais** *in* Coleção grandes temas do novo CPC, vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 445-479.

MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi de Medeiros. Negócio processual acerca da distribuição do ônus da prova *in* **Revista de Processo**, ano 40, n. 241, mar. 2015.

MACHADO, Marcelo Pacheco. A privatização da técnica processual no projeto de novo código de processo civil *in* FREIRE, Alexandre; DANTAS, Bruno; NUNES, Dierle; *et al* (org.) **Novas tendências do processo civil**: estudos sobre o projeto do Novo Código de Processo Civil. vol. 3. Salvador: JusPodivm, 2014, p. 339-361.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil**: teoria do processo civil. vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**: o novo regime das relações contratuais. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MARQUES, José Frederico. **Manual de direito processual civil**. 2ª ed. Campinas: Millennium, 2000.

MARTINS, André Chateaubriand. A prova pericial no projeto do CPC: uma leitura a partir da experiência da arbitragem e do direito anglo-saxão *in* FREIRE, Alexandre; DANTAS, Bruno; NUNES, Dierle; *et al* (org.) **Novas tendências do processo civil**: estudos sobre o projeto do Novo Código de Processo Civil. v. 2. Salvador: JusPodivm, 2014, p. 47-63.

MARTINS-COSTA, Judith. Cláusulas gerais: um ensaio de qualificação *in* **Direito: teoria e experiência**. Estudos em homenagem a Eros Roberto Grau. Tomo II. São Paulo: Malheiros, 2013.

_____. O Direito Privado como um “sistema em construção”: as cláusulas gerais no Projeto do Código Civil brasileiro *in* **Revista de Informação Legislativa**, ano 35, n. 139, jul. - set 1998. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/383/r139-01.pdf?sequence=4>> acesso em 20 de dezembro de 2016.

MATTOS NETO, Antonio José de. Direitos patrimoniais disponíveis e indisponíveis à luz da lei de arbitragem *in* **Revista de Processo**, ano 27, n. 106, abr.-jun. 2002.

MAZZEI, Rodrigo; CHAGAS, Bárbara Seccato Ruis. Breve diálogo entre os negócios jurídicos processuais e a arbitragem *in* **Revista de Processo**, ano 39, n. 237, nov. 2014.

_____. Negócios jurídicos processuais e a arbitragem *in* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. (coord.) **Negócios processuais** *in* Coleção grandes temas do novo CPC. vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 521-539.

MAZZILI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**. 26ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 50.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Pelo fim da jurisprudência defensiva: uma utopia?** Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2013-jul-29/processo-fim-jurisprudencia-defensiva-utopia>>, acesso em 26 de dezembro de 2016.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da existência**. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Teoria do fato jurídico: plano da validade**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MIRANDA, Pontes de. **Comentários ao código de processo civil**. Tomo III. Rio de Janeiro: Forense, 1974.

_____. **Tratado de direito privado: parte geral**. Tomo I. MARTINS-COSTA, Judith; HAICAL, Gustavo; SILVA, Jorge Cesa Ferreira da. (atual.) São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. **Tratado de direito privado: parte geral**. Tomo III. 4ª ed. Revista dos Tribunais: 1974.

MITIDIERO, Daniel. **Colaboração no processo civil** *in* Coleção temas atuais de direito processual civil. Vol. 14. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

_____. Colaboração no processo civil como prêt-à-porter? Um convite ao diálogo para Lenio Streck *in* **Revista de Processo**, ano 36, n. 194, abr. 2011.

_____. **Comentários ao código de processo civil**. Tomo II. São Paulo: Memória Jurídica, 2005.

_____. Processo justo, colaboração e ônus da prova *in* **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, vol. 78, n. 01, jan. - mar. 2012.

MONTORO, Marcos André Franco. **Flexibilidade do procedimento arbitral**. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2010.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 29ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Convenções das partes sobre matéria processual *in* **Temas de direito processual**: terceira série. São Paulo: Saraiva, 1984.

_____. O neoprivatismo no processo civil *in* MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas de direito processual**: nona série. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 87-101.

_____. O processo, as partes e a sociedade *in* MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas de direito processual**: oitava série. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 29-40.

_____. Reformas processuais e poderes do juiz *in* MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas de direito processual**: oitava série. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 53-67.

MÜLLER, Julio Guilherme. Acordo processual e gestão compartilhada do procedimento *in* FREIRE, Alexandre; DANTAS, Bruno; NUNES, Dierle; *et al* (org.) **Novas tendências do processo civil**: estudos sobre o projeto do Novo Código de Processo Civil. Vol. 3. Salvador: JusPodivm, 2014, p. 147-159.

NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo civil comentado**. 16ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

NERY, Rosa Maria de Andrade. Fatos processuais. Atos jurídicos processuais simples. Negócio jurídico processual (unilateral e bilateral). Transação. *in* **Revista de Direito Privado**, vol.64, ano 16, out - dez 2015.

NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios jurídicos processuais**. Salvador: Juspodivm, 2016.

_____. A cláusula geral do acordo de procedimento no projeto do novo CPC (PL 8.046/2010) *in* FREIRE, Alexandre; DANTAS, Bruno; NUNES, Dierle; *et al* (org.) **Novas tendências do processo civil**: estudos sobre o projeto do Novo Código de Processo Civil. Salvador: JusPodivm, 2013, p. 15-16.

_____. Sobre os acordos de procedimento no Processo Civil Brasileiro *in* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios processuais** *in* Coleção grandes temas do novo CPC. vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 81-91.

_____. Situações jurídicas processuais *in* DIDIER JR., Fredie. (coord.) **Teoria do processo**: panorama doutrinário mundial. v.2. Salvador: Juspodivm, 2010, p. 749-769.

NUNES, Dierle José Coelho. **Processo jurisdicional democrático**: uma análise crítica das reformas processuais. 1ª ed. 4ª reimp. Curitiba: Juruá, 2012.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. Poderes do juiz e visão cooperativa do processo *in* **Revista da Ajuris**, vol. 30, n. 90, jun. 2003.

OLIVEIRA, Guilherme Peres de. **Adaptabilidade judicial**: a modificação do procedimento pelo juiz no processo civil. São Paulo: Saraiva, 2013.

OLIVEIRA, Paulo Mendes de. Negócios processuais e o duplo grau de jurisdição *in* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios processuais** *in* Coleção grandes temas do novo CPC. vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 417-443.

OLIVEIRA, Pedro Miranda de. A flexibilização do procedimento e a viabilidade do recurso extraordinário *per saltum* no CPC projetado *in* FREIRE, Alexandre; DANTAS, Bruno; NUNES, Dierle; *et al* (org.) **Novas tendências do processo civil**: estudos sobre o projeto do Novo Código de Processo Civil. vol. 3. Salvador: JusPodivm, 2014, p. 501-514.

ONO, Taynara Tiemi. A flexibilização procedimental: uma comparação entre os sistemas jurídicos brasileiro, inglês e português *in* **Revista de Processo**, ano 41, n. 254, abr. 2016.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. **Esboço de uma teoria das nulidades aplicada às nulidades processuais**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

PEIXOTO, Ravi. Rumo à construção de um processo cooperativo *in* **Revista de Processo**, ano 38, n. 219, mai. 2013.

PELUSO, Antonio Cezar; RICHA, Morgana de Almeida. (coord). **Conciliação e mediação**: estruturação da política judiciária nacional. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

PICOZZA, Elisa. *Il calendario del processo in Rivista di diritto processuale*, ano LXIV, n. 6, nov.-dez. 2009.

PISANI, Andrea Proto. Público e privado no processo civil na Itália. Tradução de Myriam Filippis *in* **Revista da EMERJ**, v. 4, n. 16, 2001. Disponível em <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista16/revista16_23.pdf>, acesso em 15 de novembro de 2016.

PUOLI, José Carlos Baptista. **Os poderes do juiz e as reformas do processo civil**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

QUEIROZ, Pedro Gomes de. Convenções disciplinadoras do processo judicial *in* **Revista Eletrônica de Direito Processual**, ano 8, vol. 13, jan-jun 2014, disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/11931/9343>>, acesso em 10 de outubro de 2016.

RAATZ, Igor. **Autonomia privada e processo civil**: negócios jurídicos processuais, flexibilização procedimental e o direito à participação na construção do caso concreto. Salvador: jusPodivm, 2017.

REDONDO, Bruno Garcia; MÜLLER, Julio Guilherme. Negócios jurídicos processuais relativos a honorários advocatícios *in* **Revista Eletrônica de Direito Processual**, v. 16, jul. - dez. 2015.

REDONDO, Bruno Garcia. Princípio da cooperação e flexibilização do procedimento pelo juiz e pelas partes *in* **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 133, abr. 2014.

_____. Negócios jurídicos processuais *in* WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. (coord.) **Temas essenciais do novo CPC**: análise das principais alterações do sistema processual civil brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 227-236. Disponível em <https://www.academia.edu/26031308/Negócios_Jurídicos_Processuais>, acesso em 10 de dezembro de 2016.

_____. Negócios jurídicos processuais relativos a honorários advocatícios *in* **Revista Eletrônica de Direito Processual**, v. 16, jul.-dez. 2015.

_____. Negócios processuais: necessidade de rompimento radical com o sistema do CPC/1973 para a adequada compreensão da inovação do CPC/2015 *in* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios processuais** *in* Coleção grandes temas do novo CPC. vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 269-278.

RHEE, C. H. (Remco) van; VERKERK, Remme. *The Netherlands: a no-nonsense approach to civil procedure reform* *in* RHEE, Cornelis Hendrik (Remco) van; YULIN, F. (editors). **Civil litigation in China and Europe: essays on the role of the judge and the parties**. Maastricht: Springer, 2013, p. 259-280.

RHEE, C. H. (Remco) van; YULIN, Fu. *The Role of the judge and the parties in civil litigation in China and Europe: an introduction* *in* RHEE, Cornelis Hendrik (Remco) van; YULIN, F. (editors). **Civil litigation in China and Europe: essays on the role of the judge and the parties**. Maastricht: Springer, 2013, p. 1-7.

RIBEIRO, Darci Guimarães. O sobreprincípio da boa-fé processual como decorrência do comportamento da parte em juízo *in* **Revista da Ajuris**, vol. 31, n. 95, set. 2004.

ROQUE, Nathaly Campitelli. A ordem pública e seu regime jurídico no direito processual civil *in* **Revista dos Tribunais**, ano 100, n. 908, jun. 2011.

ROSENBERG, Leo. **Tratado de derecho procesal civil**. Tomo I. Tradução de VERA, Angela Romera. Buenos Aires: Ediciones Juridicas Europa-America, 1955.

SALES, Lília Maia de Moraes. **Mediação de conflitos**: família, escola e comunidade. Florianópolis: Conceito editorial, 2007.

SALLES, Carlos Alberto de. **A arbitragem em contratos administrativos**. São Paulo: Método, 2011.

_____. Processo: procedimento dotado de normatividade – uma proposta de unificação conceitual *in* ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz. (org.) **40 anos da teoria geral do processo no Brasil**: passado, presente e futuro. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 201-217.

SANTOS, Igor Raatz dos. Processo, igualdade e colaboração: os deveres de esclarecimento, prevenção, consulta e auxílio como meio de redução das desigualdades no processo civil in **Revista de Processo**, ano 36, n. 192, fev. 2011.

_____. Colaboração no processo civil e o projeto de novo Código de Processo Civil in **Revista da SJRJ**, vol. 28, n. 31, ago. 2011.

SANTOS, Marina França. Intervenção de terceiro negociada: possibilidade aberta pelo novo Código de Processo Civil in **Revista de Processo**, ano 40, n. 241, mar. 2015.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. vol. 1. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SCHLOSSER, Peter F. *Einverständliches Parteihandeln im deutschen Zivilprozess* in CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios processuais** in Coleção grandes temas do novo CPC, vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 105-130.

_____. *Einverständliches Parteihandeln im Zivilprozeß*. Tübingen: Mohr Siebeck, 1968.

SILVA, Blecaute Oliveira. Verdade como objeto do negócio jurídico processual in CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios processuais** in Coleção grandes temas do novo CPC. vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 383-406.

SILVA, Paula Costa e. *Pactum de non petendo*: exclusão convencional do direito de acção e exclusão convencional da pretensão material in CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios processuais** in Coleção grandes temas do novo CPC. vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 297-334.

_____. **Acto e processo**: o dogma da irrelevância da vontade na interpretação e nos vícios do acto postulativo. Coimbra: Coimbra, 2003.

SILVA, Paulo Eduardo Alves. **Gerenciamento de processos judiciais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVEIRA, João José Custódio. **O juiz e a condução equilibrada do processo**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SILVESTRI, Elisabetta. *Italy: civil procedure in crisis* in RHEE, Cornelis Hendrik (Remco) van; YULIN, F. (editors). *Civil litigation in China and Europe: essays on the role of the judge and the parties*. Maastricht: Springer, 2013, p. 235-255.

SOARES, Leonardo Oliveira. Calendário processual, sucumbência recursal e o projeto de novo CPC para o Brasil in **Revista de Processo**, ano 39, n. 227, jan. 2014.

_____. Flexibilização procedimental: afirmação do *due process of Law*? in **Revista dos Tribunais**, v. 102, n. 931, mai. 2013.

SOUZA, Arthur César de. O princípio da colaboração no projeto do novo código de processo civil *in* **Revista de Processo**, ano 38, n. 225, nov. 2013.

_____. Os princípios e valores constitucionais como diretrizes do projeto do novo Código de Processo Civil brasileiro *in* **Revista de Processo**, ano 38, n. 223, set. 2013.

SPIRITO, Marco Paulo Denucci di. Controle de formação e controle de conteúdo do negócio jurídico processual: parte I *in* **Revista de Processo**, ano 40, n. 247, set. 2015.

_____. Controle de formação e controle de conteúdo do negócio jurídico processual: parte II *in* **Revista de Processo**, ano 40, n. 248, out. 2015.

_____. Controle de formação e controle de conteúdo do negócio jurídico processual: parte III *in* **Revista de Processo**, ano 40, n. 249, nov. 2015.

STUMPF, Livia Troglia. O princípio da colaboração na execução *in* **Revista Dialética de Direito Processual Civil**, n. 106, jan. 2012.

TALAMINI, Eduardo. A (in)disponibilidade do interesse público: consequências processuais: (composições em juízo prerrogativas processuais, arbitragem e ação monitória) *in* **Revista de Processo**, ano 30, n. 128, out. 2005.

_____. **Um processo para chamar de seu:** notas sobre os negócios jurídicos processuais. Disponível em <<http://www.migalhas.com.br/arquivos/2015/10/art20151020-17.pdf>>, acesso em 27 de dezembro de 2016.

TARTUCE, Fernanda. **Igualdade e vulnerabilidade no processo civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

_____. Mediação no novo CPC: questionamentos reflexivos *in* FREIRE, Alexandre; DANTAS, Bruno; NUNES, Dierle; *et al* (org.) **Novas tendências do processo civil:** estudos sobre o projeto do Novo Código de Processo Civil. Salvador: JusPodivm, 2013, 751-768.

_____. **Mediação nos conflitos civis**. São Paulo: Método, 2008.

_____. **Vulnerabilidade, igualdade e negócio jurídico processual no novo CPC**. Disponível em <<http://genjuridico.com.br/2016/02/12/vulnerabilidade-igualdade-e-negocio-juridico-processual-no-novo-cpc/>>, acesso em 2 de dezembro de 2016.

_____. Vulnerabilidade processual no novo CPC *in* DIDIER JR. Fredie; SOUSA, José Augusto Garcia de. (org.) **Defensoria Pública**. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 283-311. Disponível em <<http://www.fernandatartuce.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Vulnerabilidade-no-NCPC.pdf>>, acesso em 5 de dezembro de 2016.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil:** volume único. 6ª ed. São Paulo: Método, 2016.

TAVARES, João Paulo Lordelo Guimarães. Da admissibilidade dos negócios jurídicos processuais no novo Código de Processo Civil: aspectos teóricos e práticos *in* **Revista de Processo**, ano 41, n. 254, abr. 2016.

THEODORO JR, Humberto. Juiz e partes dentro de um processo fundado no princípio da cooperação *in* **Revista Dialética de Direito Processual Civil**, n. 102, set. 2012.

_____. **Novo código de processo civil anotado**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

TRIGUEIRO, Victor Guedes. Teoria dos ilícitos processuais civis: plano da existência *in* DIDER Jr., Fredie; EHRHARDT Jr., Marcos. (coord.) **Revisitando a teoria do fato jurídico**: homenagem a Marcos Bernardes de Mello. São Paulo: Saraiva, 2010.

TUCCI, Rogério Lauria. Negócio jurídico processual *in* FRANÇA, Limongi. (coord.) **Enciclopédia Saraiva do Direito**. v. 54. São Paulo: Saraiva, 1977-.

VEGAS JR., Walter Rosati. **O princípio da cooperação e as questões de ordem pública: uma visão da garantia do contraditório**. Disponível em <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/18595-18596-1-PB.pdf>>, acesso em 15 de maio de 2015.

WALL, Andrea. *Austria & Germany: a history of successful reforms* *in* RHEE, Cornelis Hendrik (Remco) van; YULIN, F. (editors). **Civil litigation in China and Europe: essays on the role of the judge and the parties**. Maastricht: Springer, 2013, p. 141-177.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. A audiência preliminar como fator de otimização do processo: o saneamento compartilhado e a probabilidade de redução da atividade recursal das partes *in* **Revista da Escola Nacional de Magistratura**, n. 1, n. 2, out. 2006. Disponível em <http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/20730/audiencia_preliminar_fator_otimizacao.pdf>, acesso em 05 de agosto de 2016.

YANMIN, Cai. *Case management in China's civil justice system* *in* RHEE, Cornelis Hendrik (Remco) van; YULIN, F. (editors). **Civil litigation in China and Europe: essays on the role of the judge and the parties**. Maastricht: Springer, 2013, p. 39-58.

YARSHELL, Flávio Luiz. Convenção das partes em matéria processual: rumo a uma nova era? *in* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios processuais** *in* Coleção grandes temas do novo CPC. vol. 1. Salvador: JusPodivm, 2015, p. 63-80.

_____. Convenção das partes em matéria processual no novo CPC *in* **Revista do Advogado**, n. 126, mai. 2015.

YAXIN, Wang; Yulin, Fu. *China: Mainland. Efficiency at the expense of quality?* *In* RHEE, C. H. (Remco) van; YULIN, F. (editors). **Civil litigation in China and Europe: essays on the role of the judge and the parties**. Maastricht: Springer, 2013, p. 11-37.

ZANETTI, Cristiano de Souza. **Direito contratual contemporâneo: a liberdade contratual e sua fragmentação**. São Paulo: Método, 2008.

ZUFELATO, Camilo. Flexibilização procedimental e gestão processual no direito brasileiro atual e projetado *in* **I Colóquio Brasil – Itália de Direito Processual Civil**. Agosto de 2014, São Paulo.

_____ Análise comparativa da cooperação e colaboração entre os sujeitos processuais nos projetos de novo CPC *in* FREIRE, Alexandre; DANTAS, Bruno; NUNES, Dierle; *et al* (org.) **Novas tendências do processo civil**: estudos sobre o projeto do Novo Código de Processo Civil. Salvador: JusPodivm, 2013, p. 101-123.